

Da Academia ao CNPJ: Desafios e Demandas para a formação dos Historiadores Brasileiros no Século XXI

From the academy to the private sector: challenges and demands for the training of
brazilian historians on the 21st century

Viviane Cristine Pereira Nunes¹³

Resumo: Este artigo faz parte da minha pesquisa de mestrado e discute a necessidade de reconfiguração da profissão do historiador para atender às demandas contemporâneas relativas ao uso do ciberespaço (Lévy, 2010). Entendemos que este espaço pode ser um lugar de atuação profissional, a partir do contexto que Serge Noiret (2015) define como Virada Digital. Para tanto, analisamos a formação oferecida nos cursos de licenciatura em História de universidades fora do eixo Sul-Sudeste a partir de seus currículos e projetos pedagógicos de curso, amparados pela metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e pelos conceitos de História Pública (Carvalho; Lucchesi, 2016) e História Digital (Lucchesi, 2014a).

Palavras chave: Atuação profissional; História Pública; História Digital.

Abstract: This article is part of my master's research and discusses the need to reconfigure the historian's profession to meet contemporary demands related to the use of cyberspace (Lévy, 2010). We understand that this space can serve as a professional sphere, based on the context defined by Serge Noiret (2015) as the Digital Turn. To this end, we analyze the training provided in undergraduate History programs at universities outside the Southeast-South axis, based on their curriculum and course pedagogical projects, supported by the methodology of Content Analysis (Bardin, 2011) and the concepts of Public History (Carvalho; Lucchesi, 2016) and Digital History (Lucchesi, 2014a).

Keywords: Professional Practice; Public History; Digital History.

¹³ Mestranda em História e Espaços no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGH/UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2848974113695315>. Email: cristineviviane13@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2024, a divulgação dos resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Semesp causou grande repercussão entre a comunidade historiadora. De acordo com o levantamento, 68,4% dos formados em História estão desempregados ou trabalhando fora da sua área de formação. Essa realidade, ainda que alarmante, já era sentida por nós, profissionais da História. No entanto, a quantificação deste cenário proporcionou uma dimensão ainda mais prática das dificuldades relativas à inserção e atuação do historiador no mercado de trabalho, sobretudo em um contexto que ainda sofre as distensões proporcionadas pela pandemia de COVID-19 e suas consequências.

Nesse sentido, em um contexto em que um terço dos profissionais formados está desempregado, é fundamental refletir sobre a formação que esse historiador está recebendo nas universidades. Quem é o historiador que a academia busca formar? Há alguma preocupação relativa à sua atuação e integração ao mercado de trabalho? Como as universidades brasileiras estão lidando com as demandas que extrapolam a dualidade entre o magistério e a carreira acadêmica? Essas são algumas das inquietações que norteiam as reflexões aqui apresentadas.

Aqui, reflito sobre as tensões que a Era Digital proporciona para o historiador do século XXI, considerando fundamental a discussão sobre identidade profissional, mercado de trabalho e formação universitária. Para tanto, inicio discutindo a influência da academia na construção da identidade do historiador, partindo da oposição entre o que se esperava desse profissional no século XIX e o que se espera dele atualmente. Em seguida, apresento parte do levantamento realizado para a minha dissertação, em que mapeei 31 cursos de licenciatura em História oferecidos por 20 instituições públicas de ensino superior estaduais e federais das regiões Norte e Centro-Oeste, compreendendo a partir de seus currículos e planos pedagógicos de curso como estão lidando com as demandas de atuação no ciberespaço. Por fim, reflito



sobre o papel da universidade na reconfiguração do historiador em um contexto em que a História se encontra permanentemente sob ataques no ciberespaço, um dos dissabores com os quais lidamos no que Noiret (2015) conceitua como Virada Digital¹⁴.

A DINÂMICA DE PODER E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA FORJA DA IDENTIDADE DO HISTORIADOR

Refletir sobre o cenário que compõe a realidade laboral do historiador brasileiro no século XXI não é uma tarefa simples, considerando que este sujeito é também um produto. Nós, que fabricamos a Nação, o Nordeste, o Oriente e tantos outros conceitos, somos fabricados pelos nossos pares a partir de um lugar institucional e social, que reflete as características do contexto temporal e espacial em que foi produzido e em que nos produz (Certeau, 1982). Nesse sentido, a compreensão das transformações proporcionadas pela atuação do historiador em um novo espaço passa diretamente por uma reflexão acerca do espaço que o produziu, isto é, a universidade. Diante disso, é possível afirmar que estudar este espaço é fundamental para compreender de que maneira as relações de poder ali presentes interferem no fazer historiográfico e em como os novos historiadores constroem a História com o que é próprio de seu tempo.

A institucionalização da História como disciplina acadêmica no século XIX moldou o campo especializado do historiador. Esse processo consolidou uma 'reserva de mercado' para os historiadores de formação, garantindo o monopólio da produção do saber histórico. Para ser legitimado pelos seus pares, deveria obedecer a um conjunto rigoroso de métodos que garantissem a elaboração de uma narrativa

¹⁴ Para Noiret, a Virada Digital diz respeito não somente à adaptação do historiador ao ambiente virtual, mas a uma mudança significativa na natureza da produção e reprodução do conhecimento histórico. Esse novo momento desafia este profissional a refletir sobre novas questões metodológicas e epistemológicas, transformando as formas através das quais trabalha com o passado.



ancorada em uma crítica sistemática e imparcial. Essa formação extremamente especializada, focada no diálogo com os pares, tornou a História uma disciplina autorreferencial e autocentrada, contribuindo para o encastelamento do conhecimento.

Esse distanciamento, parte da formação política e profissional do historiador, criou uma identidade resistente a pensar sua atuação para além do magistério e da academia, bem como a redefinir “a inserção e a formação de novas habilidades voltadas a novos mercados de trabalho” (Turin, 2018, p.200). No entanto, com a emergência de novos espaços e novas demandas sociais, o historiador é convidado a repensar o seu papel, cujos contornos já não cabem mais nos moldes delineados no século XIX. O cenário pós-moderno nos convoca à autocrítica e a reelaboração de quem somos enquanto profissionais para que possamos, por fim, fabricar uma identidade alinhada às necessidades do século XXI, ainda que, para isso, seja necessária uma disputa marcada pelo enfrentamento dos cânones historiográficos.

Nos Estados Unidos, em meio a uma crise de desemprego para os historiadores acadêmicos em 1970, surgiu como alternativa uma nova forma de atuação, que possibilitou o aumento da audiência e a diversificação dos postos de trabalho: a História Pública (Fagundes et al., 2021, p.22).

De acordo com Benjamin Filene, a História Pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, se constituindo como um conhecimento pluridisciplinar, atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões (Filene *apud* Almeida e Rovai, 2011, p.7). Nesse sentido, é através da dimensão pública da História que se encontra uma importante possibilidade da academia contribuir para a elaboração de um conhecimento mais humano, democrático e que faça sentido para o grande público. O termo guarda consigo uma polissemia, podendo ser compreendido também como a apresentação popular do passado para um leque de audiências (Liddington, 2011, p.34) e como uma história feita com o público e para o público (Almeida e Rovai, 2011). Essas definições, complementares entre si, desvelam



principalmente uma característica em comum: a importância da dimensão do “público” nos debates sobre o assunto (Carvalho; Lucchesi, 2016).

O cenário de desemprego que possibilitou a institucionalização da História Pública no século XX não difere, em grande medida, do enfrentado pelos historiadores brasileiros no século XXI. Fagundes et al. (2021) afirma que um número significativo de mestres e doutores se forma anualmente, mas não encontra um mercado de trabalho para atuar, situação que é ainda mais complexa quando rumamos para o interior do país.

Embora a aprovação da Lei n. 14.038/2020, que regulamenta a profissão de historiador, seja uma importante vitória da nossa comunidade, os contornos de quais são as nossas possibilidades de atuação ainda não estão bem definidos. Assim, tem cabido aos próprios historiadores a busca por oportunidades de construir suas carreiras, que se veem diretamente influenciadas pela presença das mídias digitais no cotidiano. Esse mundo digital, que aqui entendemos como ciberespaço¹⁵, tem promovido mudanças nas formas de atuação dos historiadores, fazendo surgir uma necessidade de reconfiguração na forma como construímos e comunicamos o conhecimento histórico.

Encontra-se nesse contexto a História Digital, uma “arena de debates e experimentações que envolvem a aplicação de tecnologias digitais às diversas práticas da história” (Carvalho; Lucchesi, 2016). Esse campo, que surgiu na década de 90 do século XX, se expandiu ainda mais no século XXI, sobretudo pela ampliação do acesso à internet de banda larga e pelo advento das redes sociais. Da interseção entre a atuação do historiador no ciberespaço e a divulgação científica para o grande público emerge, portanto, a História Pública Digital.

¹⁵ Pierre Lévy define ciberespaço como “um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.” (Lévy, 2010, p.17)



Ainda que o ciberespaço represente uma possibilidade importante de inserção da massa de profissionais em situação de desemprego no mercado de trabalho, não podemos ignorar que esse processo de atuação em um novo espaço - para o qual possivelmente não estamos sendo ensinados a operar, guarda consigo grandes dificuldades relacionadas a uma atuação empreendedora em um mercado altamente flexibilizado e desregulamentado (Fagundes et al., 2021, p.20). A delicadeza da situação, que suscita um debate sobre a atuação do historiador dentro de uma lógica de trabalho alinhada aos ideais neoliberais, no entanto, não deve se constituir como um empecilho para o reconhecimento da importância da universidade oferecer uma formação que proporcione a esse profissional condições adequadas para saber como ofertar seus serviços nas mídias digitais.

Em um contexto em que pesquisadores com títulos são forçados a buscar empregos em outras áreas ou a exercer múltiplas atividades por sobrevivência, a universidade enquanto instituição tem um papel fundamental na transformação desse cenário. As possíveis soluções, para Fagundes et al.(2021), não se restringem a uma atuação passiva, onde se imponha às instituições uma submissão a soluções milagrosas que supostamente preparem esses historiadores para os desafios do mercado. O que se espera é que elas instrumentalizem esses profissionais para que não somente operem as mídias sociais, mas também discutam criticamente o seu papel na pós-modernidade. Nesse sentido, discutir a profissionalização por meio da curricularização e das formas de contratação do profissional da história nas suas diversas áreas de atuação é mister para evitar o avanço do processo de precarização desse trabalhador.

CURRÍCULOS E DEMANDAS DO TEMPO PRESENTE: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE



A seleção do recorte analisado neste artigo se deu, sobretudo, pelas limitações decorrentes do número de páginas, bem como pelo volume de informações. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, foram localizados 31 cursos de licenciatura em História oferecidos por instituições públicas federais e estaduais, totalizando 1730 ementas examinadas. Assim, optamos por trabalhar apenas com estas duas regiões, cujo material forneceu importantes diretrizes para as reflexões aqui suscitadas.

Embora o ciberespaço se configure como um ambiente que, em geral, facilita o acesso aos dados, sua efemeridade também gera dificuldades. Entre elas, destacam-se sites desatualizados quanto às grades curriculares, disciplinas sem ementas nos sistemas acadêmicos das universidades, Projetos Pedagógicos de Curso inacessíveis, sites em manutenção, documentos corrompidos, dentre outros contratempos.

Para analisar os dados encontrados, a metodologia da Análise de Conteúdo elaborada por Laurence Bardin (2011) foi a maneira através da qual buscamos compreender os conteúdos manifestos de maneira explícita e implícita no material averiguado. Assim, procuramos identificar nas ementas e PPCs os discursos e disputas intrínsecos às escolhas dos corpos docentes que constituem os cursos de licenciatura nas instituições examinadas, problematizando as presenças e também as ausências temáticas que se manifestam no documento.

Os currículos, PPC's e ementas, embora apontem caminhos e evidências, não bastam por si mesmos para que tenhamos plena noção de como os cursos de graduação estão formando os seus alunos. Esses documentos são diretrizes e oferecem importantes parâmetros de trabalho para os docentes, mas não são - e não devem ser - um modelo engessado que limita e impõe aquilo que deve ser feito. Dito isto, partimos aqui do pressuposto de que é possível que existam iniciativas relativas ao trabalho com as áreas de História Pública, História Digital, Ciberespaço ou História Pública Digital que não estão apontadas nos documentos, mas ocorrem na prática. Por outro lado, embora existam menções relativas a estas temáticas nos planejamentos, na prática elas podem também não estar sendo trabalhadas no cotidiano da sala de aula.

A REGIÃO CENTRO-OESTE

A investigação sobre os cursos do Centro-Oeste baseou-se na análise de 11 cursos, distribuídos entre 7 instituições públicas, das quais 5 são universidades e institutos federais e 2 são universidades estaduais. Neste artigo, cursos em formato PARFOR, segunda graduação ou intensivo, bem como EAD, não foram considerados.

Durante a pesquisa, identificamos que a UFMS em 5 de seus campi (Aquidauana, Corumbá, Nova Andradina, Três Lagoas e Campo Grande), oferece o curso de licenciatura em História com diferentes Planos Pedagógicos de Curso (PPC) e estruturas curriculares. Por essa razão, apesar de termos analisado 7 instituições, o estudo considerou um total de 11 PPCs distintos. As universidades e campi analisados foram: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - campus Campo Grande, Três Lagoas, Nova Andradina, Pantanal (Corumbá) e Aquidauana, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Campus Campo Grande e Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Goiânia.

Quanto ao ano de aprovação dos currículos e Planos Pedagógicos de Curso (PPCs), 63,3% foram aprovados entre 2022 e 2023, enquanto 36,4% datam do período entre 2018 e 2021. Embora os documentos tenham sido elaborados e aprovados em diferentes anos, observa-se que a maioria dos cursos passou recentemente por um processo de revisão curricular, indicando um esforço de atualização.

Dentre os cursos selecionados, apenas o oferecido pela UFMS - Campus Campo Grande não teve o PPC da licenciatura analisado, visto que o documento não estava disponível no site. Ainda assim, consideramos as ementas e demais documentos do bacharelado na análise, buscando informações que pudessem contribuir com a elaboração de um cenário amplo sobre a região Centro-Oeste do país.



A despeito desse esforço, este foi o único curso que não mencionou em nenhum aspecto as temáticas ligadas à História Pública, História Digital, Ciberespaço ou História Pública Digital.

Por outro lado, todos os outros cursos não somente realizam menções em seus tópicos de ementa, como também possuem disciplinas específicas para a formação de historiadores nesse aspecto. Dentre estas, destaca-se a disciplina de Divulgação Científica e História Pública oferecida como optativa pela Universidade de Brasília, que contempla a capacitação do graduando em história para compreender o surgimento e a importância da História Pública, discutir conceitos como audiência e público e compreender a relevância da construção de uma história que alcance o grande público.

Outra menção importante deve ser feita às disciplinas de História Pública e História Digital, ambas optativas, oferecidas pela Universidade Federal de Goiás, que apresentam um enfoque voltado não somente para a instrumentalização do uso do ciberespaço como ferramenta de ensino e aprendizagem, mas para a formação do historiador enquanto produtor de conhecimento histórico neste espaço, apresentando uma visão que coaduna-se com o que se espera do historiador no âmbito público. Nesse sentido, espera-se que o graduando aprenda nestas disciplinas a lidar com uma audiência para além da acadêmica ou escolar, acompanhando a necessidade da presença do historiador no debate público de maneira profícua e eficiente, capaz de alcançar os internautas e produzir conhecimento junto a eles.

No Mato Grosso, a UFMT conta com as disciplinas optativas de Tecnologias digitais e ensino de história e Tópicos em história medieval e história pública, que apontam em seus tópicos de ementa o objetivo de instrumentalizar o discente e futuro docente a utilizar as tecnologias digitais como recurso para o ensino de História, assim como compreender de maneira crítica as concepções sobre o medievo que têm se popularizado no espaço público. Embora estes não sejam os nossos focos em específico, as disciplinas possuem bibliografias em que constam clássicos do campo



de estudos, como Manuel Castells e Pierre Lévy, que possibilitam bases importantes para que os futuros profissionais possam compreender a relevância do ciberespaço e as múltiplas possibilidades de atuação profissional que ele oferece.

Essas possibilidades de atuação são consideradas também pela UFMS - Campus 3 Lagoas, que as contempla em disciplinas optativas e obrigatórias. Através das cadeiras de História Pública e divulgação científica e Práticas em ensino de História III a universidade oferece a oportunidade de aprender estratégias para a divulgação da ciência histórica nas esferas públicas, além de possibilidades de atuação através das mídias digitais. Essa prática pública do historiador é pensada através do planejamento e elaboração de um projeto de Divulgação Científica em História Pública, corroborando com o desenvolvimento do que Carvalho (2016) denomina “atitude de presença”, isto é, a capacidade de ocupar estrategicamente uma rede social.

A UFMS em seus *Campi* 3 Lagoas, Nova Andradina e Corumbá, na disciplina optativa Profissão Docente: identidade, carreira e desenvolvimento profissional, propicia discussões sobre o mercado de trabalho em que parte do público formado irá se inserir, o que demonstra uma preocupação com a integração dos seus egressos.

Também no Mato Grosso do Sul, a UEMS integra em seus currículos, através das disciplinas obrigatórias Tecnologias Digitais e Ensino de História e História Pública e Ensino de História as demandas relativas à divulgação científica e ao uso do ciberespaço em conjunto com a ciência histórica. Ainda que os componentes curriculares possuam foco no ensino em detrimento da atuação e produção de conhecimento histórico no ciberespaço, a presença de bibliografia de referência da área como Serge Noiret, Juniele Almeida, Marta Rovai, Manuel Castells, Julio Benvivoglio e Jurandir Malerba, tal como ocorre na UFMT, oferecem a possibilidade de uma ampla discussão sobre as áreas que nos são caras neste estudo.

No que diz respeito às outras instituições, a preocupação com a História Pública, História Digital, Ciberespaço ou História Pública Digital aparece nas citações



realizadas brevemente nos objetivos e bibliografias das ementas, onde aparecem os textos de Manuel Castells e Juniele Almeida, citados, respectivamente, 5 e 4 vezes.

Assim, é possível perceber que há na região Centro-Oeste um esforço para atualizar e alinhar os currículos às demandas do tempo presente, o que se traduz tanto nas datas de aprovação de suas estruturas curriculares e PPCs, quanto na inserção de disciplinas e bibliografias conectadas com a formação para uso do ciberespaço e atuação no espaço público. No entanto, as abordagens variam de acordo com cada instituição, podendo ser realizadas de maneira mais aprofundada, com disciplinas dedicadas exclusivamente ao assunto, ou de forma superficial, através de citações.

A REGIÃO NORTE

Para analisar a região Norte do país, baseamo-nos em 20 cursos, distribuídos entre 14 instituições públicas, das quais 11 são federais e 3 são estaduais. Através da investigação, identificamos que a UFPA, em 5 de seus campi, oferece o curso de licenciatura em História com diferentes Planos Pedagógicos de Curso (PPC) e estruturas curriculares. No IFPA, encontramos 2 diferentes currículos. Por essa razão, apesar de analisar 14 instituições, o estudo considerou um total de 20 PPCs distintos.

As universidades e institutos federais analisados foram: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Campus Manaus, Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Pará (UFPA)- Campus Ananindeua, Curralinho, Abaetetuba, Cametá e Bragança, Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus Conceição do Araguaia e Belém, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)- Campus Marabá, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)- Campus Santarém, Universidade Estadual do Pará (UEPA)- Campus Belém, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)- Campus Rolim e Porto Velho, Universidade Estadual de Roraima (UERR), Universidade Federal de Roraima



(UFRR) - Campus Boa Vista, Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus Porto Nacional e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Quanto ao ano de aprovação dos currículos e Planos Pedagógicos de Curso (PPCs) analisados, 55% foram aprovados entre 2019 e 2024, enquanto 45% datam do período entre 2014 e 2018. Os diferentes períodos de elaboração do currículo, em comparação com o Centro-Oeste, demonstram uma formação que não está tão atualizada. Nesse sentido, é perceptível que, embora exista um esforço de atualização por parte das instituições, este cenário não se perpetua de maneira uniforme.

O cenário da região Norte se diferencia do Centro-oeste também em outro dado: 40% dos cursos não realizam nenhuma menção à História Pública, História Digital, Ciberespaço ou História Pública Digital (UFT, UFOPA, UNIFESSPA, UEA, UFAM, UFPA - campus Bragança, Abaetetuba e Curralinho). Além disso, parte dos cursos analisados não disponibilizavam suas ementas, PPCs ou possuíam documentos que permitissem a consulta ao currículo adotado. Os sites por vezes saíam do ar ou apresentavam alguma mensagem de erro. Essa situação foi mais recorrente nas instituições localizadas no estado do Pará, que embora concentre o maior número de cursos analisados, também reúne a maior dificuldade de acesso à informação.

O Instituto Federal do Pará, em seus campi Conceição do Araguaia e Belém, oferece a disciplina optativa Educação, Mídias e Tecnologias digitais. Sua ementa menciona superficialmente reflexões acerca da educação em rede, mídias e formação de professores, indicando a possibilidade da construção de habilidades para o futuro professor de história utilizar o ciberespaço como um espaço de atuação.

Dentre os componentes curriculares que fazem citação a pelo menos uma das áreas investigadas neste estudo, merecem destaque as disciplinas de Laboratório de ensino de história II: tecnologia da informação e comunicação, oferecida pela UFNT em caráter obrigatório, e Tecnologias da Informação aplicadas ao Ensino de História - disciplina optativa oferecida pela UNIR- Campus Porto Velho, que conta com uma



bibliografia alinhada ao tema da cibercultura a partir de obras de Pierre Lévy e dos estudos de mídia a partir de Ann Heide.

A UFAP, através das disciplinas Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de História - obrigatória e Arqueologia Pública - optativa, contempla no seu currículo uma formação alinhada às demandas do exercício público da profissão de historiador, bem como utiliza Lévy e Castells como bibliografia de referência.

História, cinema e audiovisual, disciplina optativa ofertada pela UNIR-Campus Rolim, embora não mencione diretamente a História Pública, contribui para a aprendizagem de habilidades importantes para o uso profissional do ciberespaço, como captação e tratamento de imagens, elaboração de roteiros e narrativas audiovisuais.

Em Roraima, existem menções no currículo da UERR nas disciplinas de Prática I: Narrativa, Memória e Didática da História e Teoria da História II, componentes de caráter obrigatório. As citações são realizadas em tópicos da ementa, a partir dos conceitos de História Pública e Cultura Digital. Não há bibliografia relacionada aos temas, apenas as referências superficiais. Situação semelhante ocorre na UFRR, em que a disciplina optativa Faces da Política no Tempo Presente utiliza como uma de suas referências bibliográficas o texto de Cohen e Rosenzweig (2016) sobre História Digital.

A discussão acerca da inserção do historiador no mercado de trabalho é também contemplada pela UFAC na disciplina obrigatória de Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional, o que se relaciona, ainda que de maneira superficial, com o foco dos nossos estudos.

Através de menções pontuais também se relacionam com o nosso tópico de estudos as disciplinas de Educação e tecnologias de informação e comunicação e História, memória e cultura histórica, oferecidas pela UFPA campus Ananindeua e Metodologia da pesquisa em História, oferecida pela UFPA campus Cametá. As três disciplinas, de caráter obrigatório, mencionam as áreas de História Pública e História



Digital, estabelecendo, em tese, um diálogo entre o âmbito público da atuação do historiador e o uso das TDICs na produção e divulgação do conhecimento histórico.

As análises relativas aos cursos de licenciatura em História da região Norte permitiram perceber uma disparidade notável não somente em comparação com o Centro-Oeste, mas dentro da própria região. Embora existam iniciativas promissoras na UFNT e UFAP, que oferecem disciplinas com ampla bibliografia sobre temas contemporâneos, a dificuldade de acesso às informações das universidades do Pará, somada ao expressivo número de 40% de cursos que não fazem qualquer menção aos temas de História Pública, História Digital, Ciberespaço ou História Pública Digital demonstram a necessidade de empenho para elaborar cursos que ofereçam uma formação mais conectada com as demandas do historiador no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O temor de uma guinada à direita dos cursos de graduação em História a partir da inserção de uma discussão acerca da temática do trabalho por vezes freiam iniciativas importantes no sentido da capacitação para o uso do ciberespaço com finalidades profissionais e de um currículo que atenda às demandas do século XXI para a função social do historiador.

Se engana, no entanto, quem acredita que nós não estamos, no presente, inseridos em uma lógica neoliberal no que diz respeito à universidade e ao contexto laboral dos professores do ensino básico. As máximas de produtividade são velhas conhecidas dos pós-graduandos, que possuem pontuações a serem atingidas para que possam realizar a defesa dos projetos de pesquisa.

No entanto, esses critérios neoliberais de reconhecimento acadêmico parecem não ser suficientes para figuras da extrema direita brasileira. O deputado federal Nikolas Ferreira, a partir do Requerimento 190/2024, sugeriu à presidente da CAPES uma alteração na portaria que trata dos procedimentos gerais de avaliação quadrienal.



A sua proposta envolve considerar como critério parcial para a obtenção dos títulos de doutor e mestre apenas produções que tenham sido publicadas em periódicos internacionais, desconsiderando os custos e as dificuldades enfrentadas pelos pós-graduandos para a publicação de seus artigos.

A Academia, ao se omitir em considerar seriamente esse tipo de historiografia produzida para o público, que convencionamos chamar História Pública, abre margem para que jornalistas e outros profissionais divulguem versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade (Albieri, 2011, p.23). Caso um membro ligado à academia ou ao magistério opte pela área de produção de conteúdo no âmbito público, sobretudo no ciberespaço, terá que enfrentar os comentários depreciativos dos colegas.

O cenário traz grandes desafios aos historiadores que ousam, apesar dos ataques, navegar no mar de possibilidades representado pelo ciberespaço. Para além das alcunhas de “coaches” e “vendedores de cursos”, os profissionais que atuam na esfera pública podem oferecer uma mediação importante entre a História e a sociedade.

A preocupação com o âmbito público é vital para a sobrevivência da História enquanto ciência e da própria profissão do historiador. Lançar-se ao mar não pode ser uma iniciativa individual, mas precisa ser entendido como uma necessidade coletiva de defesa da História diante dos abusos discursivos mobilizados pela extrema direita.

O movimento de capitalização de narrativas negacionistas e revisionistas por empresas como o Brasil Paralelo e o Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro é um fenômeno que não deve ser ignorado. Estas são instituições privadas que, em teoria, oferecem uma formação diferenciada em História, visto que se orgulham de não omitir a versão cristã da História a partir de um currículo organizado em torno de uma ideologia conservadora.



Nesse sentido, para Liddington (2011), é fundamental que a Academia reconheça a dimensão pública da História e a atuação profissional do historiador no ciberespaço não somente como espaços em que os profissionais possam atuar sem qualquer reprovação ou embaraço, mas como lugares privilegiados de diálogo.

Em nossa análise, constatamos que as instituições da região Norte e Centro-Oeste constituem um cenário complexo e multifacetado. Em comparação ao Centro-Oeste, a formação oferecida pelo Norte ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de atualização curricular e integração às temáticas contemporâneas da História Pública e Digital. É importante que as instituições ofereçam uma formação capaz de preparar os futuros historiadores para as demandas relativas à dinamicidade e possibilidades para o mercado de trabalho deste profissional no século XXI, construindo habilidades para o uso das tecnologias digitais.

Defendemos aqui a realização de um esforço conjunto para implementar um diálogo mais efetivo entre a academia e a realidade laboral do historiador, o que pode contribuir, a médio prazo, para uma mudança no cenário desolador apresentado pela pesquisa da SEMESP. Desta forma, poderemos não apenas sonhar, mas construir um cenário mais promissor para aqueles que decidem exercer a profissão de historiador, possibilitando que estejam preparados para contribuir de forma significativa à sociedade e à historiografia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; (orgs.). Introdução à História pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.19-28.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; (orgs.). Introdução à História pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.



BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*, 2016, 7.7: 35-53.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Pesquisa revela que 68,4% dos formados em História estão desempregados ou trabalhando fora da área. *Café História*, 2024. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/pesquisa-mostra-desemprego-em-historia/>. Acesso em: 07 out. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; SARAIVA, Daniel; MUYLAERT, Juliana; CASTRO, Lara de; HERMETO, Miriam. “Existe um mercado de trabalho para o historiador?”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (orgs.). *História pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p.-17-26.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010, 264 p.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; (orgs.). *Introdução à História pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.31-52.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-63.



NOIRET, Serge. História pública digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

SILVEIRA, Pedro. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. Tempo e Argumento, v. 12, n. 30, Florianópolis, 2020, p.1-28. Disponível em:

<<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0204>>.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. Tempo, Niterói, v. 24, n. 2, p. 187-205, maio/ago. 2018.